

O FALSO PROBLEMA DA EXCLUSÃO E O PROBLEMA SOCIAL DA INCLUSÃO MARGINAL¹

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martins, José de Souza, 1938-
Exclusão social e a nova desigualdade / José de Souza Martins. — São Paulo :
Paulus, 1997. — (Coleção temas de atualidade)

ISBN 85-349-0978-4

1. Brasil - Condições sociais 2. Capitalismo 3. Igualdade social 4. Marginalidade
social 5. Pobreza 6. Posse de terra - Brasil I. Título. II. Série

97-0738 CDD-305

Índices para catálogo sistemático:

1. Desigualdade social : Sociologia 305
2. Exclusão social : Sociologia 305

Gostaria de poder fazer uma reflexão específica sobre cada ponto problemático proposto pelos diferentes grupos aqui reunidos, nestes dias.² Depois me dei conta de que o número de problemas levantados é de tal ordem que evidentemente não há a mínima condição de fazer isso neste curto tempo de que cada expositor dispõe — trinta a quarenta minutos. O papel do assessor, que tem como missão reagir às proposições feitas numa reunião como esta, é sempre ingrato, pois ele faz o papel de advogado do diabo. Peço-lhes que levem em conta as peculiaridades dessa condição ao considerar os comentários que faço.

O primeiro ponto que é necessário comentar, a partir de tudo o que foi relatado, é que *não existe exclusão*. Ou seja, tudo o que vocês disseram ontem nega a própria concepção de exclusão. Em rigor quando vocês relatam dolo-

¹ Estes comentários foram preparados em resposta aos problemas levantados pelos participantes do III Encontro Nacional CEIAL/CUM, realizado em Itapuã, Salvador (BA), de 16 a 22 de julho de 1996, no painel sobre “O desafio da exclusão”.

² Na reunião de Itapuã, em que essas questões foram levantadas, grupos originários de diferentes regiões do país propuseram, para análise e discussão, o problema da *exclusão* nas seguintes situações: a dos trabalhadores em São Paulo, trabalhadores rurais no Maranhão, a do negro (através do caso das lavadeiras de Salvador, BA), a das crianças prostituídas em Fortaleza (CE), a da violência e exclusão política no sertão pernambucano, na região de Serra Talhada. Como se vê, é tal a generalidade do emprego da concepção de exclusão que, no fim das contas, ela acaba sendo aplicada a todo e qualquer âmbito da vida e a todo e qualquer tipo de problema social. Perde-se de vista, assim, a especificidade de cada problema e perde-se também de vista o modo de enfrentá-lo e de resolvê-lo.

rosas situações do que chamam de exclusão, falam também de dolorosas situações de *ajustamento* econômico, social e político decorrentes da exclusão: quando as lavadeiras de Salvador, discriminadas e exploradas, se manifestam e exigem o reconhecimento do caráter contratual da relação entre a trabalhadora que presta serviço e a madame que o recebe; quando missionários se dedicam a um tipo especial de missão entre meninas prostitutas para interromper o círculo vicioso da degradação moral e da exploração do corpo da criança; quando os pobres de Serra Talhada descobrem que o medo é a fonte da sujeição política e resolvem combatê-lo etc.

Sem o saber, vocês afirmam que os problemas estão na *inclusão* (ou re-inclusão) e que, portanto, não há o que se poderia chamar de *exclusão em si*. Este pode ser o primeiro ponto referente a uma reflexão crítica sobre a situação atual, uma reflexão que melhor revele o que é o atual complexo processo social de redefinição de posições e localizações das pessoas no mundo do trabalho, particularmente, e na vida social, em geral.

O que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário da exclusão. Vocês chamam de *exclusão* aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais. Tem sentido que vocês pensem assim, ainda que de um modo insuficiente, porque exclusão, de fato, sociologicamente, não existe. Ela é, na sociedade moderna, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo; um momento insuficiente para compreender e explicar todos os problemas que a exclusão efetivamente produz na sociedade atual.

O discurso corrente sobre exclusão é basicamente produto de um equívoco, de uma fetichização, a fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo. Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica.

Por isso prefiro recusar o conceito de exclusão aqui usado para, ao mesmo tempo, tentar entender que seu uso, neste nosso contexto, significa que vocês estão querendo dizer alguma coisa que o conceito indica de forma imperfeita, insuficiente e equivocada. Com isso também quero dizer que, ao pensar criticamente o conceito de exclusão que vocês utilizam, não estou querendo dizer que vocês estão enganados (do mesmo modo que não estou querendo dizer que a análise que fazem está correta). Quero dizer apenas que o conceito é “inconceitual”, impróprio, e distorce o próprio problema que pretende explicar. Ao dizê-lo, não estou propondo um discurso diletante sobre conceitos. Estou considerando que o conceito é, para vocês, mais do que o instrumento de um discurso — ele é sobretudo ponto de referência de uma prática. Pelo equívoco que contém e pela sua insuficiência, o “conceito” de exclusão está certamente empobrecendo a perspectiva de interpretação da prática que vocês desenvolvem nos respectivos campos de atuação. Ou seja, a prática de vocês, como foi mostrado pelos diversos grupos, é muito mais rica do que aquilo que pode estreitamente ser contido pela palavra exclusão.

Alguém já lembrou que no discurso católico, particularmente nos últimos trinta anos, primeiro se falava nos *pobres*, depois se começou a falar nos *marginalizados* e na marginalização (os sociólogos, católicos ou não, tam-

bém fizeram isso) e depois, de uns anos para cá, se começou a falar na *exclusão*. Aparentemente, essas designações dizem a mesma coisa. Uma dúvida epistemológica é esta: por que é preciso usar três nomes para a mesma coisa? Provavelmente estamos mudando o nome da mesma coisa porque a mesma coisa está nos mostrando coisas novas, que não conhecíamos e não éramos capazes de ver. De certo modo, a palavra *exclusão* está demistificando a palavra *pobre*. Através deste pseudoconceito, não revelador, que acoberta de algum modo o que seria o pobre na fase anterior, nós estamos tentando relativizar a concepção de pobre e estamos tentando revelar a nossa desconfiança em relação à antigamente suposta abrangência explicativa das palavras *pobre* e *pobreza*.

Esta atenção, esta dificuldade — a palavra *exclusão* indica uma dificuldade, mais que uma certeza — revela uma incerteza no conhecimento que se pode ter a respeito daquilo que constitui o objeto da nossa preocupação — a preocupação com os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidade e um lugar aceitável na sociedade. Portanto, a palavra *exclusão* nos fala, possivelmente, de um lado, da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que, não faz muito, todos chamávamos de *pobreza*.

De um lado, estamos em face do aparecimento de uma nova consciência do que está acontecendo na sociedade moderna. E, por outro lado, a palavra nos revela coisas que já estavam lá e não éramos capazes de perceber, coisas que agora somos capazes de perceber.

Certamente, um sério erro de interpretação, que todos podemos cometer, é o de trabalhar a possivelmente “nova” cara da pobreza, utilizando uma dicotomia interpretativa: existe *exclusão* e a *exclusão* é produto do “projeto” neoliberal (como se fosse possível numa economia

capitalista que tem como lógica a expansão e o crescimento, expandir-se e crescer sem mercado, sem compradores, sem incluídos, somente com excluídos!). Não vou entrar na discussão do equivocadamente chamado “projeto neoliberal”. Primeiro, porque entendo que não existe propriamente um projeto, e segundo porque entendo que, no caso brasileiro, não é neoliberal.³ Pensando nesta dicotomia, que em grande parte é falsa, muitos pretendem utilizá-la como se fosse o mais adequado instrumento para definir e interpretar o problema da exclusão em nossos dias. Eu já ouvi pessoas dizer, em reuniões como esta, que o problema da exclusão foi criado pelo atual governo, empossado há menos de dois anos! E aí há, certamente, uma grande confusão entre *governo* e *Estado*, pois sem dúvida o Estado brasileiro, desde o golpe de 1964, vem se orientando, em suas políticas econômicas, por propostas de modernização econômica divorciada da modernização (e re-inclusão) social.

Na verdade, o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista. O problema na Europa tem trezentos anos, pelo menos; grande parte dos imigrantes italianos, espanhóis e de outras nacionalidades que vieram para o Brasil entre as últimas décadas do século XIX e as pri-

³ Nos países desenvolvidos, como a Inglaterra, o “projeto neoliberal” promove o desmonte do Estado social, o Estado que assimilou e administra os direitos sociais. A tendência é a de reduzir essas obrigações ao mínimo. No caso brasileiro, o “projeto”, que está sendo chamado de neoliberal, é um programa de desmonte do Estado clientelista e patrimonialista. Daí as resistências, justamente, dos partidos oligárquicos. É o que o governo define como “modernização do Estado”. Aqui o objetivo tende a ser o de substituir o favor pelo direito. E, nesse sentido, substituir o cliente político submisso e dependente (sem direitos) pelo cidadão ativo e reivindicante (com direitos). A equivocada oposição incondicional a esse programa, pelos partidos de esquerda, cria a esdrúxula situação de uma aliança tácita das esquerdas com as oligarquias. Curiosamente, as esquerdas têm dificuldade para incluir a modernização do Estado em seus próprios programas (embora esse seja um tema propriamente revolucionário em um país como o Brasil, pois é essa modernização que abre caminho para futuros governos de esquerda), preferindo insistir em reivindicações sociais que, embora sendo justas, foram, porém, modeladas pelo populismo clientelista e anti-revolucionário.

meiras dos século XX, vieram porque estavam sendo excluídos, eram camponeses expulsos da terra na Europa. A imensa maioria não veio rica para o Brasil. Esse é um problema característico da sociedade capitalista em qualquer país. É uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado; para que tudo e todos sejam submetidos às leis do mercado. A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. Os camponeses foram desenraizados para que o capital pudesse se apossar da terra e dar à terra um uso capitalista, ou seja, um uso moderno, racional. Ao mesmo tempo os camponeses foram desenraizados porque o capital precisava que os camponeses trabalhassem de outro modo, como operários, como assalariados, como vendedores de força de trabalho, portanto como donos de mercadoria, como equivalentes de mercadoria. E trabalhassem segundo o ritmo e a lógica que é própria do capital. Esse desenraizamento aconteceu mais cedo ou mais tarde em diferentes países. Aconteceu mais cedo na Inglaterra, mais de um século mais tarde na Itália e bem mais tarde no Brasil. É que o trabalho e a produção da riqueza se baseava no trabalho escravo até faz pouco mais de um século.

A escravidão não comportava a possibilidade da exclusão. O escravo era diretamente mercadoria, era coisa, não era pessoa. Era propriedade. Excluí-lo, no sentido em que hoje empregamos essa palavra, traria grande dano ao senhor de escravos, pois nele aplicara seus capitais. Devia, portanto, assegurar sua inclusão enquanto respirasse. Aliás, tivemos duas escravidões: a indígena e a negra, cada uma regulada por um estatuto jurídico diferente. Fico horrorizado quando vejo que, mesmo nos movimentos negros, o problema da escravidão é exclusivamente

pensado como sendo problema do negro. A escravidão negra se torna fundamental no Brasil a partir do século dezoito. É verdade que ela já existia antes, mas fortemente combinada com a escravidão indígena. É no século dezoito, porém, que se dá uma cessação mais ou menos eficaz da escravidão indígena. O *Diretório dos Índios do Maranhão e do Grão-Pará* liberta os índios administrados, nome que tinha a sua escravidão. Eles passam, então, à condição de teoricamente livres e, na prática, mais ou menos servos ou dependentes do grande proprietário. Milhões de indígenas foram vítimas de extenso genocídio. Nós estamos falando de negros ou de escravos? Se queremos ter alguma identificação moral com os escravos, temos de ser mais abrangentes. O próprio negro não existia como negro, isto é, sob essa categoria genérica. Havia diferentes etnias negras, muito diferentes entre si. Não nos esqueçamos de que os traficantes que vendiam escravos aos comerciantes portugueses nos portos da África eram também eles negros, de tribos e etnias adversárias ou inimigas daqueles que estavam sendo vendidos. Aliás, não nos esqueçamos, se queremos ser objetivos, que no quilombo de Palmares havia escravos dos próprios negros: aqueles que tendo se recusado a fugir para os quilombos, eram capturados pelos negros fugidos e transformados em escravos dos próprios negros.

No Brasil também os índios caçavam os índios inimigos e os vendiam para os portugueses. Não podemos imaginar uma sociedade constituída de bons e maus, de algozes e vítimas, destituída de contradições, de tensões, de conflitos, de diferenças, de violências. O grupo que aqui falou sobre o caso de Serra Talhada,⁴ e sobre sua experiên-

⁴ Sugiro a leitura do excelente texto básico dessa ação de pedagogia política. Cf. *Cartilha Educação Política*, Comissão Diocesana de Justiça e Paz, Serra Talhada (PE), junho 1996.

cia de desenvolver uma ação política baseada no combate ao medo, nos disse a todos que as vítimas da violência política são, também, por sua vez, agentes de violência política. Esse é, certamente, um bom ponto de partida para compreender e atuar.

O capitalismo na verdade desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a *inclusão*. A *sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão.

Por que agora nós todos percebemos a exclusão e antes não percebíamos? Provavelmente, porque antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prazo, se dava também a inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria, logo em seguida. A exclusão não tinha visibilidade como exclusão porque eles eram excluídos e reincluídos, em outro plano, num outro modo de viver, de pensar a vida, de trabalhar, e assim por diante. O problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação. Todo o problema do reaparecimento do trabalho escravo no Brasil (a partir dos casos de fuga, nos últimos vinte anos, foram contados 80 mil, mas, provavelmente, o número real está acima de 300 mil), é um problema decorrente desta nova dinâmica da sociedade capitalista. Ou seja, são pessoas excluídas, em geral camponeses expulsos da terra, ou próximos da

possibilidade da expulsão, porque não conseguem mais sobreviver naquele pedaço de terra. São reabsorvidos como escravos, ou seja, trabalham pela comida, ou, frequentemente, menos que a comida. Estas formas extremas e dramáticas de inclusão indicam que o modo de absorver a população excluída está mudando. A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, *o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório*.

Portanto, o que nos preocupa a todos, e é o que aparece nas exposições feitas pelos diferentes grupos nesta reunião, é esse modo de vida. Ele parece uma coisa nova, um modo de vida do excluído que não consegue ser reincluído. Esse modo de vida se expressa também, e especialmente, na criatividade dos excluídos, que vocês fizeram questão de destacar (e ao fazê-lo negaram completamente o sentido da palavra exclusão). Essa reinclusão, porém, se dá no plano econômico: a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. A pessoa não se reintegra numa sociabilidade "normal". A reintegração não se dá sem deformações no plano moral; a vítima não consegue se reincluir na moralidade clássica, baseada na família, num certo tipo de ordem. Isso aparece de maneira dramática no caso das crianças. As crianças de Fortaleza que se dedicam à prostituição para ganhar a vida, aqui mencionadas, não são excluídas: elas são incluídas como prostitutas, isto é, como pessoas que estão no mercado possível de uma sociedade excludente que é essa. Elas estão vendendo um serviço, recebendo dinheiro para sobreviver. Só que se trata de um serviço que lhes

compromete a dignidade e a condição de pessoa. De fato, na lógica fria do mercado, essas meninas estão entrando no setor de serviços sexuais do chamado pornoturismo. É exatamente o caso delas que revela o lado oculto ou que nós queremos ocultar dessa inclusão: elas se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente. O mesmo acontece em vários outros: nas favelas, cortiços, invasões. Já não é o mundo dos pobres, porque as pessoas são reincluídas economicamente, em vários graus e de diferentes modos, que no fundo comprometem radicalmente sua condição humana.

É claro que há um lado positivo nessa reinclusão, um lado que tanto a concepção de pobre quanto a concepção de excluído não permite ver e reconhecer, pois contraria tudo o que dizemos a respeito. Há pouco tempo, o Banco do Estado de São Paulo fez uma pesquisa para escolher lugares onde pudesse instalar novas agências em vários lugares do Brasil, lugares onde houvesse dinheiro para manter em funcionamento uma agência lucrativa. Entre lugares que justificavam a instalação de um banco desse porte estava a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Diversas pequenas cidades, bem organizadas, não tinham economia que justificasse a abertura de uma agência do banco.

Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político. É o caso das mesmas favelas do Rio de Janeiro, que têm um poder paralelo próprio. Aparentemente, em grande parte, são controladas por diferentes grupos devotados a atividades ilegais e delinquentes, como o tráfico de drogas. A presença do governo lá dentro é pouco mais do que uma ficção, como vimos

pelas operações militares recentes que tentaram dar a impressão de que também lá o governo é legítimo e o Estado tem poder. Isso também acontece nas favelas de São Paulo. São justiceiros que estão controlando as favelas, incluindo os traficantes. Está surgindo uma justiça paralela. Estou estudando os linchamentos no Brasil, nos últimos vinte anos, Salvador é a segunda cidade em linchamentos no país. Estamos em face do aparecimento de uma justiça popular que claramente contesta a polícia e a Justiça institucional. Porém, a justiça popular não é obviamente uma alternativa, porque as pessoas matam e as vítimas não podem se defender. Há certa proporção de inocentes mortos violentamente. Convém lembrar que a justiça institucional é uma conquista da civilização, ao introduzir a figura do juiz, do terceiro isento, na relação litigiosa entre duas partes. A justiça popular anula essa conquista e restaura o justicamento sumário e sem apelo.

O que nós estamos observando é que nesses guetos, nessas áreas de excludência a que nos referimos, as pessoas estão incluídas economicamente, ainda que de modo precário, mas estão criando um mundo à parte. Isso acontece em outros países. A nossa sociedade está se transformando numa sociedade dupla, duas “humanidades” na mesma sociedade. De um lado, uma humanidade constituída de integrados (ricos e pobres). Todos, inseridos de algum modo, decente ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos têm o que vender e o que comprar. Essa é a nova desigualdade. Além disso, têm direitos reconhecidos, têm um lugar assegurado no sistema de relações econômicas, sociais e políticas. Ouvi alguém dizer uma vez: eles são gente. Mas está crescendo brutalmente no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comér-

cio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, excusos etc. O conjunto da sociedade já não é a sociedade da produção, mas a sociedade do consumo e da circulação de mercadorias e serviços. Portanto o eixo de seu funcionamento sai da fábrica e vai para o mercado.

Essa outra humanidade é uma sub-humanidade em todos os sentidos. Ela se baseia em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico. As pessoas podem ter dinheiro (e até muito dinheiro decorrente de atividades ilícitas), mas estão à margem. Cresce entre os pobres a consciência de que para eles não há justiça (o que parece explicar em parte o crescente número de linchamentos). São tratados como cidadãos de segunda categoria e sabem disso. Está se criando de novo no mundo uma espécie de sociedade de tipo feudal: as pessoas estão separadas por estamentos, categorias sociais rígidas que não oferecem alternativas de saída. O estamento dos excluídos reproduz, degradadas, as formas próprias, conspícuas, do outro estamento; o tênis de qualidade inferior do adolescente pobre reproduz o tênis sofisticado do adolescente rico. Faz do mundo do excluído um mundo mimético, de formas que ganham vida no lugar da substância. É o mundo do imaginário, da consciência fantasiosa e manipulável. Engana. Mas não engana sempre, como revelam os assassinios de adolescentes por adolescentes para o roubo de tênis de grife. Pertencem a conjuntos sociais heterogêneos, isto é, que não são uma classe só, reciprocamente excludentes. Entre esses dois mundos abre-se uma fratura difícil de ultrapassar.

As soluções que foram apresentadas nos vários casos relatados nesta reunião, curiosamente, são soluções neoliberais. No chamado neoliberalismo, o Estado se torna o estado mínimo, que abre mão de suas responsabilidades sociais; a sociedade civil é que tem de resolver os

seus problemas. Quando as lavadeiras que aqui se apresentaram dizem que a sua reação é a de estabelecer uma tabela de preços, exigir seu cumprimento pelas patroas, é a de fazer passeatas e demonstrações para assegurar que esse direito lhes seja reconhecido e assegurado, estão pedindo para ser integradas corretamente, segundo a lógica do mercado, e não segundo critérios de servidão. Elas querem ser integradas completamente e essa é de fato a única solução possível para essa massa de excluídos. A experiência de Fortaleza, que é absolutamente notável, é a experiência de criar as condições para que as crianças não sejam apenas animais de serviços sexuais, para que elas tenham o direito de se integrar completamente, saindo da prostituição. O caso de Serra Talhada não é diferente, é absolutamente miraculosa a descoberta que o grupo de lá fez em relação ao que chamam de exclusão política: vamos trabalhar o medo porque é o medo que exclui politicamente.

Temos de nos livrar dos estereótipos porque nos enganam e enganam as pessoas que queremos ajudar. Esse é o nosso desafio primário. Quando pensamos no alternativo, podemos ver que a população mesma está construindo a alternativa, uma alternativa includente, não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual. Uma alternativa includente provoca a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a excludência desta nossa sociedade; a recusa sobretudo da dupla sociedade, uma sociedade daqueles que só têm obrigações de trabalho e não têm absolutamente mais nada, e uma sociedade daqueles que têm em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais. No fundo, as grandes lutas sociais, provavelmente, daqui para a frente, vão se desenvolver em torno daquilo que Henri Lefebvre, um

sociólogo francês, chamou de *necessidades radicais*,⁵ necessidades que derivam de contradições subjetivamente insuportáveis e que não podem ser atendidas se a sociedade não sofrer mudanças fundamentais e profundas de responsabilidade de todos; se a sociedade não se modernizar revolucionando suas relações arcaicas, ajustando-as de acordo com as necessidades do homem, e não de acordo com as conveniências do capital.

⁵ Cf. Henri Lefebvre, *La Proclamation de la Commune*, Gallimard, Paris, 1965, p. 20; e, também, Agnes Heller, *Le Théorie des Besoins Chez Marx*, trad. Martine Morales, Union Générale d'Éditions, Paris, 1978; José de Souza Martins (org.), *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*, Editora Hucitec, São Paulo, 1996, esp. p. 23.